



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

## ALGUNS CAMINHOS PARA O RECONHECIMENTO COLABORATIVO DOS ASSENTAMENTOS POPULARES DE CAMPINA GRANDE / PB

**Helen Karolynne de Moura Barbosa** (Universidade Federal de Campina Grande) - helenkmourab@gmail.com  
*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande. Bolsita em dois projetos de desenvolvimento tecnológico (2020-2021/ 2021-2022).*

**Carolina Barbosa Tsuyuguchi** (Universidade Federal de Campina Grande) - carolinatsuyu@gmail.com  
*Graduanda em Arquitetura e Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande. Estagia como pesquisadora voluntária do INCT Observatório das Metrôpoles.*

**Lívia Izabel Bezerra de Miranda** (Universidade Federal de Campina Grande) - liviaibmiranda@gmail.com  
*Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Universidade na qual realizou o seu mestrado em Geografia, doutorado em Desenvolvimento Urbano e Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE. Foi ed*

**Demóstenes Andrade de Moraes** (Universidade Federal de Campina Grande) - damoraes6@gmail.com  
*Professor Adjunto do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande e Pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba.*

## **Alguns caminhos para o reconhecimento colaborativo dos Assentamentos Populares de Campina Grande / PB**

### **Construindo uma Plataforma Colaborativa**

#### **RESUMO**

No artigo são apresentados os resultados da pesquisa "Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande", apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Na pesquisa buscou-se a identificação e caracterização dos assentamentos populares, considerando estudos nacionais e locais, e deu-se início a um levantamento de organizações de assistência técnica e social que atuam nesses territórios. Na pesquisa foram identificados e caracterizados 25 assentamentos populares, a partir da sistematização de dados e informações e aplicação de descritores, e foram elaborados mapas georreferenciados, disponibilizados por meio de uma Plataforma Virtual Colaborativa (<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande>), desenvolvida no âmbito da pesquisa como instrumento para interação com a sociedade e para subsidiar ações de incidência política por direitos e para a construção de políticas públicas para estes territórios.

**Palavras-chave:** assentamentos populares; precariedade; assessorias; plataforma colaborativa.

#### **ABSTRACT**

The article presents the results of the research "Mapping the Popular Settlements and Technical Advisory Services of Campina Grande", supported by the National Council for Scientific and Technological Development. The research sought to identify and characterize popular settlements, considering national and local studies, and began a survey of technical and social assistance organizations that work in these territories. In the research, 25 popular settlements were identified and characterized, from the systematization of data and information and application of descriptors, and georeferenced maps were created, made available through a Collaborative Virtual Platform (<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande>), developed within the scope of research as an instrument for interaction with society and to support political advocacy actions for rights and for the construction of public policies for these territories.

**Keywords:** popular settlements; precariousness; technical assistance; Collaborative platform.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

As precárias condições de moradia nas habitações e nos assentamentos que abrigam parte expressiva da população brasileira determinam as condições de desenvolvimento humano, afetando sobretudo os mais pobres e vulneráveis.

Os estudos de âmbito nacional para caracterizar os assentamentos populares em um país de dimensões continentais com o Brasil e com muitas especificidades nas várias regiões estão condicionados por várias dificuldades metodológicas. A situação da precariedade está relacionada, predominantemente, às condições de uso e ocupação e de infraestruturas, que muitas vezes colocam em risco a permanência da população nesses assentamentos. As características descritas na maior parte dos estudos nacionais para definir os assentamentos precários não consideram tais especificidades. Além disso, em várias políticas públicas nacionais não são consideradas as particularidades locais e regionais. Por outro lado, os investimentos em estudos em âmbito local têm sido, historicamente, insuficientes, principalmente nos municípios sem tradição no campo da urbanização de favelas. Nestes, parte significativa das intervenções nos assentamentos populares acaba privilegiando as intervenções básicas e as remoções e reassentamentos em áreas que poderiam ser urbanizadas e regularizadas, condicionadas pelos interesses dos agentes executores e, também, agentes econômicos interessados nas áreas.

Em Campina Grande / PB vêm sendo realizadas intervenções para urbanização de assentamentos populares, mesmo que parciais, desde os anos 1980. Foram intervenções com diversos alcances, articuladas com programas federais e impulsionadas por pressão popular, com relativas melhorias nos assentamentos. Entretanto, essas intervenções não resolveram todos os problemas urbanísticos e infraestruturais da maior parte destes assentamentos. Além disso, tais assentamentos se expandiram e se adensaram ao longo dos anos e novos surgiram, evidenciando a insuficiente oferta de alternativas habitacionais para os segmentos em situação de pobreza a partir das políticas públicas e, também, por meio do mercado imobiliário formal.

Para caracterizar a precariedade habitacional dos assentamentos populares de Campina Grande foram utilizadas referências nacionais e locais, produzidas por órgãos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000, 2010, 2018), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM (2013) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEM/CEBRAP (2007), e foram realizados estudos sobre as infraestruturas e formas urbanas por meio de dados oficiais e de análises de imagens de satélite. Outra referência foi a Lei Municipal N°4.806, de 23 de setembro de 2009, que regulamentou as Zonas Especiais de Interesse Social.

Para a catalogação das assessorias técnicas e sociais que desenvolvem ações nos assentamentos populares foram iniciados estudos documentais e de notícias veiculadas em mídias e foram consideradas as indicações de lideranças comunitárias e de outros atores que atuam nesses assentamentos.

A partir das informações coletadas nos estudos de referência e de outras produzidas a partir de dados primários foi realizada a construção de uma base de dados estatísticos sobre perfil socioeconômico e características sócio

territoriais dos assentamentos e habitações precários de Campina Grande. Todas as informações foram incorporadas em banco de dados. As Bases Cartográficas de referência foram elaboradas com apoio do Programas gráficos Autocad e de geoprocessamento Qgis. Foram utilizados, ainda, os Programas Excel, SPSS e as Plataformas Google Docs e Google drive para armazenamento das informações sistematizadas.

Com intuito de propor uma plataforma colaborativa sobre a precariedade em Campina Grande, procedeu-se o levantamento de experiências piloto de organização e disponibilização de dados, visando a interação com o usuário. Essas experiências, em plataformas digitais, oferecem diferentes formas de colaboração. Nessa perspectiva pode-se alimentar continuamente a catalogação de organizações e experiências de assessorias técnicas e sociais e as necessidades de atuação sobre a precariedade habitacional local. Entre as plataformas usadas como correlato, destacam-se a plataforma “BD ZEIS” e os websites “Mundo Safari”, “Cronologia do pensamento urbanístico”, “Atlas da notícia”, “Know your city” e “Diário de favelas Marielle Franco”. A divulgação dos resultados da pesquisa vem ocorrendo por meio de uma plataforma online, o website “Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande” (disponível em <https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande>) e, também, na Rede Nacional Moradia & Assessoria (<https://www.moradiaassessoria.org.br/>).

O presente artigo está estruturado em cinco partes: (i) Considerações iniciais; (ii) A controversa denominação, reconhecimentos e intervenções na precariedade; (iii) O mapeamento dos assentamentos populares de Campina Grande: pontos de partida; (iv) Uma plataforma colaborativa: o atlas dos assentamentos populares e assessorias técnicas e sociais; (v) Considerações finais.

## **A CONTROVERSA DENOMINAÇÃO, RECONHECIMENTOS E INTERVENÇÕES NA PRECARIEDADE**

Uma questão importante para a discussão aqui levantada, refere-se à denominação dos assentamentos em situação de precariedade. Para o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT), desde 2008, os ‘Assentamentos de habitações precárias’ são caracterizados por cinco aspectos: (i) acesso inadequado a água potável, (ii) acesso inadequado a sistema e infraestruturas sanitárias, (iii) estrutura ou edificação habitacional precária, (iv) sobrelotação habitacional e (v) insegurança de posse (QUEIROZ FILHO, 2015).

A expressão “assentamentos precários” foi adotada no Brasil pela Política Nacional de Habitação (PNH) (BRASIL, 2004) para caracterizar o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda incluindo, diferentes tipos de assentamentos: cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados e conjuntos habitacionais degradados (BRASIL, 2010). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) denomina os assentamentos precários do tipo favela como aglomerados de domicílios subnormais, caracterizando um conjunto de, no mínimo, 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos com frequência de forma desordenada, densa e

carentes de serviços públicos essenciais. Mais recentemente, a Rede Moradia & Assessoria propõe, no glossário disponível na sua plataforma, o termo Território Popular para denominar esses assentamentos. Considerando as diferentes denominações, a adoção do termo ‘Assentamentos Populares’ decorreu do objetivo de alimentar a plataforma colaborativa com uma denominação mais acessível aos diversos segmentos sociais e técnicos que poderão colaborar com informações e dados.

Entre os principais trabalhos para a caracterização de assentamentos precários e que foram considerados na pesquisa é possível mencionar: o documento “Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários”, produzido pelo Ministério das Cidades Aliança de Cidades (2009), em especial o Capítulo 4, referente aos “Assentamentos precários: identificação, caracterização e tipologias de intervenção”; e o texto “Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção” elaborado por Denaldi (2013) e que aborda não apenas a caracterização das favelas, como os tipos de intervenção que podem ser realizados nesses assentamentos. Outra referência importante considerada é o “Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários”, elaborado pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e pelo Centro de Estudos da Metrópole (2010). É importante destacar, ainda, o estudo realizado pelo CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópoles, sob encomenda da Secretaria de Habitação do Ministério das Cidades (BRASIL, 2007). Todas estas referências contribuíram com a caracterização dos assentamentos, a partir de indicadores, descritores e parâmetros técnicos propostos.

## **O MAPEAMENTO DOS ASSENTAMENTOS POPULARES DE CAMPINA GRANDE: PONTOS DE PARTIDA**

Compreende-se que as cartografias, além de uma forma de representar, são facilitadoras do entendimento de dados coletados e de resultados das pesquisas. Assim fez-se uma revisão das cartografias existentes sobre o universo estudado, a fim de compreender o que já foi observado e se existem subnotificações entre os levantamentos. Essa etapa contemplou:

a) o levantamento histórico do processo de produção do espaço e das intervenções nos assentamentos populares em Campina Grande;

b) uma revisão dos levantamentos preexistentes de assentamentos populares em Campina Grande, a partir das referências e cartografias oficiais. Entre estas destaca-se: (i) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Lei nº 4.806, de 23 de setembro de 2009. Que regulamenta as Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande; (ii) Os Aglomerados Subnormais (2000, 2010, 2018) definidos pelo Censo Demográfico do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; (iii) BRASIL. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM. Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa. Paraíba, 2013; e (iv) o estudo “Assentamentos precários no Brasil urbano” realizado pelo Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação e CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole (2007).

c) análises sobre os mapeamentos e caracterização de assentamentos populares realizados em outras cidades, por exemplo a “Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros” (IPEA, 2016), o “ATLAS das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife” (SANEAR, 2014); Mapas Afetivos (Ministério da Cultura, 2016), entre outros.

### **a) A produção desigual do espaço e as intervenções nos assentamentos populares em Campina Grande**

O modo como o território vem sendo produzido resulta da distribuição desigual da infraestrutura e da urbanidade dentro das cidades. Em relação aos assentamentos populares evidencia-se em Campina Grande uma forte e histórica negligência do Estado frente ao grande déficit de urbanização e regularização fundiária desses assentamentos. A cidade de Campina Grande não é exceção e possui uma desigualdade territorial latente, que foi construída no decorrer de sua história.

O processo de formação de assentamentos populares em Campina Grande teve como um importante marco histórico a reforma urbanística empreendida em sua área central, na década de 1930, com o objetivo de modernizar e higienizar área central. O processo “higienista” em Campina Grande, que também ocorreu em diversas cidades brasileiras, expulsou a população mais pobre de seus locais de origem em áreas centrais, que começou a se aglomerar em áreas periféricas e precárias (CARVALHO, 2020; ARAÚJO, 2019), dificultando seu acesso à infraestrutura urbana, ao trabalho e aos serviços. (QUEIROZ, 2008, p.97; CARVALHO, 2020).

O desenvolvimento econômico nas décadas de 1940 e 1950 em Campina Grande, em decorrência da produção de algodão e da industrialização, contribuiu para o crescimento populacional e, também, para o aumento da demanda habitacional que se agravaria com o declínio das atividades econômicas nos anos 1960. Mas, ações públicas no campo habitacional só foram estruturadas a partir de 1964, quando houve alinhamento político e programático de várias gestões municipais com o governo da ditadura militar e o consequente aproveitamento de recursos de programas federais.

Nesse contexto, foram construídos com recursos federais vários conjuntos habitacionais Sandra Cavalcante, Castelo Branco e Jardim Paulistano pela Companhia de Habitação Popular de Campina Grande (COHAB-CG) e, adiante, pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) conjuntos Presidente Médici, Severino Cabral e Álvaro Gaudêncio (CAMPINA GRANDE, 1983). Porém, mesmo com toda a produção habitacional no período, os assentamentos precários cresceram e novos surgiram nas décadas de 1970 e 1980 (LIMA, 2010).

O município recebeu investimentos associados a programas nacionais de desenvolvimento, entre estes projetos de urbanização de assentamentos precários. Destacaram-se no período: o Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada (CURA), o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio (PNCMP) e Relatório para indicação de áreas prioritárias para implantação de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS). Os planos citados não mudaram efetivamente as condições globais da precariedade no município. E, no lugar de proporcionar habitação adequada terminaram por justificar ações de erradicação de favelas,

desapropriação em massa e fixação da população desapropriada nas periferias da cidade (OLIVEIRA e LEAL, 2005). Como parte do PDLI, foi elaborado o Plano de Erradicação de Favelas que previu a remoção de nove assentamentos precários da cidade: São Joaquim, Coqueiros, Tamandaré, Cova da Onça, Maloca, Cortiços do Canal, Coreia, Cachoeira e Vila Cabral. Mas o plano não foi implementado integralmente e Cachoeira, Vila Cabral, Tamandaré e Cova da Onça não foram removidos. Em 1975, foi instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campina Grande (PDDI), Lei Nº 176/1975, que referendou os critérios estabelecidos no Plano de Erradicação de Favelas, elaborado pela COMDECA para os “casos em que sejam necessários um tratamento urbanístico visando a promoção social”. CAMPINA GRANDE, 1975).

Dois programas federais mobilizados para Campina Grande contribuíram para a implementação das diretrizes do PDLI: a Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA) e o Programa Nacional para Cidades de Porte Médio (PNCMP). O Projeto CURA não tinha relação direta com os assentamentos precários, mas em função dele foi elaborado um projeto para a desapropriação de áreas para transferência dos moradores das favelas Maloca Santo Antônio, Maloca Pé de Galinha e Coqueiros de José Rodrigues para áreas periféricas para que as obras previstas no CURA em Campina Grande fossem viabilizadas (COMDECA, 1979). O PNCMP previu, entre várias ações, a construção de novas moradias e a realização de melhorias habitacionais nos assentamentos precários do Pedregal, Jeremias e Cachoeira (LIMA, 2012).

Em 1981, o Programa de Erradicação da Sub-habitação (PROMORAR), de âmbito federal, para a urbanização de favelas começou a ser implantado em Campina Grande, por meio do Programa Especial de Habitação (PROHAB), com intervenções nas favelas Pedreira do Catolé e Jeremias.

Campina Grande passou por outro momento de intenso crescimento demográfico no fim da ditadura militar, desta vez por consequência da seca que atinge a região marcada pelo bioma da caatinga no semiárido brasileiro. Nessa época ocorre um acelerado processo de “favelamento” influenciado por, entre outros fatores, esta seca de cinco anos (MELO, 1985). O levantamento realizado pela Coordenadoria de Planejamento (COPLAN) da Prefeitura Municipal de Campina Grande registrou 17 assentamentos, com 6.415 habitações e 31.594 moradores (LIMA, 2010).

A partir de 1983, teve início um período de intervenções de saneamento básico abrangendo diversos assentamentos populares de Campina Grande, entre eles o Buraco da Jia, Severino de Branco, Ramadinha e Pedregal II e III, e com esgotamento sanitário, as favelas Califon, Tambor e Vila Cabral (CARVALHO, 2020). Em 1989, foram realizadas obras de saneamento pelos governos municipal e estadual viabilizadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), abrangendo os seguintes assentamentos populares: Pedregal, etapas I e II; Vila Cabral de Santa Rosa; Catingueira; Tamandaré; Buraco da Jia; e, Vila dos Teimosos. Pelo governo estadual foram realizadas intervenções nos seguintes assentamentos: Tambor, Califon, Pedreira do Catolé, Vila Cabral de Santa Terezinha, Cassimiro de Abreu e Severino de Branco. (MORAES et. al., 2021).

Os assentamentos precários em Campina Grande foram reconhecidos no zoneamento municipal pela criação das Zonas Especiais de Interesse Social

(ZEIS), previstas no Plano Diretor Municipal, Lei n. 3236/1996. Contudo, as ZEIS só seriam delimitadas e regulamentadas em 2009.

No final dos anos 1990, foram realizadas algumas ações no campo habitacional, incluindo a construção de unidades sanitárias e a provisão de unidades habitacionais em bairros populares e assentamentos populares, como: Serrotão, Velame, Invasão do Tambor, Loteamento Austro França, Jardim Borborema III, Novo Bodocongó e Jardim Continental.

Foram reconhecidos 27 aglomerados subnormais pelo censo demográfico do IBGE de 2000, com 6.037 domicílios subnormais e uma população de 25.898 habitantes em Campina Grande. No estudo realizado pelo CEM/CEBRAP, em parceria com o Ministério das Cidades (BRASIL, 2007), a partir dos dados do censo do IBGE de 2000, foram identificados, cerca de 12 mil domicílios e 50 mil habitantes em condições precárias. Em 2001, a prefeitura realizou um levantamento que identificou 38 assentamentos populares.

Foram realizadas algumas intervenções nos assentamentos populares de Campina Grande, nos anos 2000, precários. Parte delas foi pontual, outras foram mais amplas, como o reassentamento na Favela da Cachoeira, com a construção do Conjunto Glória (Loteamentos 1 e 2 ou Glória I e II) pela CEHAP, com 670 unidades habitacionais e financiamento do FGTS, e, a urbanização do Pedregal, etapas III e IV, a partir de 2004, com recursos do Programa Habitar Brasil/BID. (MORAES et. al., 2021).

No campo institucional, com a implementação do Programa Habitar Brasil/BID (HBB) em 2000, foi elaborado o Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS) e, mais especificamente, o Diagnóstico das Capacidades Institucionais, em 2001, foram ressaltadas, entre outras questões: a insuficiência de dados cadastrais e geográficos sobre a realidade urbana e habitacional e a falta de uma política de planejamento territorial e urbano.

Em 2006, foram realizados estudos, no âmbito do HBB, para o reconhecimento das ZEIS. Os critérios para classificação dos assentamentos no âmbito desse estudo foram: uso predominantemente habitacional; população moradora de baixa renda; e, condição de precariedade de infraestrutura, entre outros. Tais estudos subsidiaram a elaboração da Lei Nº 4.806/2009, que regulamentou as ZEIS em Campina Grande. Após a realização desses estudos, não foram realizados outros, com exceção dos assentamentos que sofreram intervenções, como os que receberam investimentos do PAC-UAP e as áreas de risco. (MORAES et. al., 2021).

Em 2009, foi instituída a Política Municipal de Habitação (PMH), regulamentada pela Lei n. 4.787/2009. Quanto aos assentamentos populares, na PMH, foram propostos programas de melhoria, reconstrução e recuperação de habitação de interesse social, de relocação habitacional, de tratamento de área de risco e de regularização urbanística e jurídico-fundiária. Em 2010, foi elaborado o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS que previu uma linha programática de Integração Urbana de Assentamentos Precários e Informais (LPA 1), com dois programas relacionados: o de urbanização de assentamentos precários e o de regularização fundiária. Outro programa previsto, o de melhorias habitacionais, nunca foi implementado. Um programa previsto no PMHIS instituído anos depois foi o Programa de Regularização Fundiária, pela Lei Municipal n. 6.518/2017, alterada pela Lei n. 6.771/2017.



A urbanização de assentamentos populares em Campina Grande, após o HBB, teve continuidade com as intervenções realizadas com recursos do PAC-UAP, com a Prefeitura Municipal como proponente e com mais de 110 milhões de reais em investimentos e quase cinco mil famílias beneficiadas: a Urbanização da invasão “Línea” Férrea do Araxá; a Urbanização da Região de Bodocongó; a Urbanização da Invasão Novo Horizonte; e, a Urbanização da Região Sudoeste. A escolha das áreas de intervenção teve por base o grau de precariedade e situações de risco. Algumas delas têm assentamentos reconhecidos como ZEIS, como a Invasão Pelourinho e a Invasão de Macaíba, que integram a Urbanização da Região Sudoeste, e Novo Horizonte, que integra a ZEIS Invasão da Macaíba/Novo Horizonte.

As intervenções nos assentamentos populares de Campina Grande foram importantes para melhorar as condições das infraestruturas básicas das áreas e de vida de seus moradores, mas não serviram para consolidar a urbanização desses assentamentos na agenda local, o que se expressa, também, na falta de levantamentos e estudos amplos e atualizados.

Em seguida, são apresentadas as principais referências para a identificação e início da caracterização atuais dos assentamentos populares consideradas neste estudo.

## **b) As informações oficiais sobre os assentamentos populares de Campina Grande**

Como já mencionado, a catalogação dos assentamentos populares de Campina Grande considerou como ponto de partida as referências oficiais e já sistematizadas sobre esses assentamentos. Foi realizada o cruzamento de dados e informações e a sobreposição de cartogramas oficiais, contrastados com imagens de satélite e do Google Earth, para o reconhecimento de algumas características desses assentamentos. Infelizmente, em função das restrições impostas pela pandemia do Covid-19, não foi possível realizar as visitas de campo aos assentamentos populares programadas e a interação com seus moradores visando a geração de informações primárias sobre os assentamentos. Essas etapas serão realizadas com a continuidade do projeto em 2022. Mesmo assim, já foi possível identificar um conjunto importante de informações que possibilitou a catalogação preliminar dos assentamentos populares de Campina Grande.

### *O Reconhecimento institucional pelas Zonas especiais de Interesse Social*

O Instrumento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foi um marco na trajetória do reconhecimento de assentamentos precários no Brasil. Teve como pioneiro o Recife, posteriormente o Estatuto da Cidade (Lei 10257/01) estende para o território nacional a recomendação para esse reconhecimento. Em Campina Grande as ZEIS foram previstas no Plano Diretor do Município de Campina Grande de 1996 (Lei N° 3236/1996). Neste plano as ZEIS foram classificadas em quatro tipos: Favelas, Loteamentos Irregulares, Vazios e Cortiços. No entanto essa lei não foi regulamentada nem os aglomerados foram identificados e gravados. Em 2006, o Plano Diretor foi revisado (Lei Complementar N° 003, de 09 de outubro de 2006) e previu dois tipos de ZEIS (incisos I e II). O tipo 1 caracterizado como assentamentos precários de baixa renda, passíveis de regularização fundiária e urbanística; já o

tipo 2 trata das áreas nas quais o solo urbano encontra-se não edificado, subutilizado ou não utilizado.

As ZEIS foram regulamentadas pela Lei nº4.806, de 23 de setembro de 2009. Na lei específica estavam previstos dois tipos de ZEIS (Art. 2º): ZEIS 1: áreas públicas e particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda na Macrozona Urbana, podendo o poder público promover a regularização fundiária, urbanística, inclusive de recreação, comércio e serviços de caráter local; ZEIS 2: são áreas nas quais o solo urbano encontra-se não edificado, subutilizado ou não utilizado, localizadas na Macrozona Urbana, consideradas pelo Poder Público como prioritárias para iniciativas atinentes à implantação de programas habitacionais para população de baixa renda.

Pela referida lei, estão relacionados os seguintes assentamentos como ZEIS (Art. 12): ZEIS Califon / Estação Velha; ZEIS Catingueira / Riacho do Bodocongó – Bairro das Cidades; ZEIS Invasão da Macaíba / Novo Horizonte; ZEIS Invasão de Santa Cruz; ZEIS Invasão do Alto Branco; ZEIS Invasão do Pelourinho; ZEIS Invasão do Verdejante; ZEIS Invasão dos Brotos; ZEIS Três Irmãs; ZEIS Vila de Santa Cruz; ZEIS Novo Cruzeiro; ZEIS Catolé de Zé Ferreira; ZEIS Jardim Europa; ZEIS Invasão Ramadinha II; ZEIS Pedregal; ZEIS Jeremias; ZEIS Nossa Senhora Aparecida; ZEIS Invasão Comunidade Beira Rio no Dinamérica III; ZEIS Invasão Jardim Tavares. As duas últimas ZEIS não foram delimitadas por essa lei.

Em decorrência das delimitações de algumas ZEIS abrangerem mais de um assentamento popular foram estudados e avaliados seus perímetros para verificar se poderiam ser registrados e denominados como assentamentos populares distintos ou como um só assentamento, tendo em vista suas características socioterritoriais, como também suas áreas contíguas.

*Os Aglomerados Subnormais no Território (IBGE, 2010)*

Os Aglomerados Subnormais integram a Base de informações dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sua delimitação está prevista a partir de cartografia georreferenciada para os Censos de 2000 e 2010 e a partir das bases que irão compor o censo demográfico de 2022 (já disponibilizadas em 2018).

O Aglomerado Subnormal é definido como:

“forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação [...] conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros” (IBGE, 2010).

No município de Campina Grande foram reconhecidos 19 aglomerados subnormais no censo de 2010, são eles: Araxá, Broto Motel, Catingueira, Centenário, Linha Férrea, Nova Brasília, Pedregal, Ramadinha II, Riacho de Bodocongó, Tambor, Três Irmãos, Vila Teimosa, Estação Velha, Jardim Continental, Malvinas, Priquito, CSU e Serrotão. Nas bases para o novo Censo

(2018) foram reconhecidos 20 assentamentos, com acréscimo do aglomerado subnormal da Porteira de Pedra.

Houve, no âmbito da pesquisa e a partir de estudos específicos, ajustamento dos perímetros territoriais de alguns dos assentamentos. Esse ajuste se deu em função dos constrangimentos metodológicos enfrentados na delimitação dos setores censitários estabelecidos pelo IBGE, que não coincidem, em grande parte dos casos, com os perímetros reais dos assentamentos populares, construídos por seus moradores. Alguns assentamentos extrapolam às áreas dos aglomerados subnormais e em outros casos, são muito inferiores ao tamanho do setor. De todo modo, os aglomerados subnormais são importantes referências para os estudos reportados nesse artigo.

#### *As Áreas Suscetíveis ao Risco*

No estudo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM,2013) foram identificadas 11 áreas de risco: Açude de Bodocongó, Av. Portugal, bairro de São Januário; Rua Adauto Travassos de Moura, bairro do Alto Branco; Bairro três irmãs; Rua Cecília Nunes; Rua Tianguá, bairro das Cidades; Distrito dos Mecânicos; Av. Eduardo Magalhães, bairro de Bodocongó; Rua General Newton Estilac Leal, bairro do Alto Branco; Louzeiro; Ponte do Cruzeiro; Sandra Cavalcante. A Defesa Civil de Campina Grande identificou e nomeou 17 áreas de risco (CPRM,2013), sendo elas: Extensão do emissário de esgoto; Novo Horizonte; Rua Fortaleza, ponte do cruzeiro; Rua Manoel Leonardo Gomes; Rua São Mateus, Dinamérica; Sandra Cavalcante; Silva Jardim II, Fábio Ramon e Olímpio Elói da Silva; Vila dos teimosos; Travessa Beira-Rio, Dinamérica; Rua Adauto Travassos de Moura; Canal das Piabas; Invasão do distrito dos mecânicos; Rua Honório Cabral da Silva; Canal do Pedregal, Rua São Geraldo e Adjacências; Invasão da Empasa; Mutirão do Serrotão; Tianguá e Ubajara. A maioria dessas áreas de risco integra assentamentos populares e por isso são referências para o reconhecimento e caracterização destes.

#### *O Reconhecimento estatístico da Precariedade - Assentamentos Precários no Brasil Urbano*

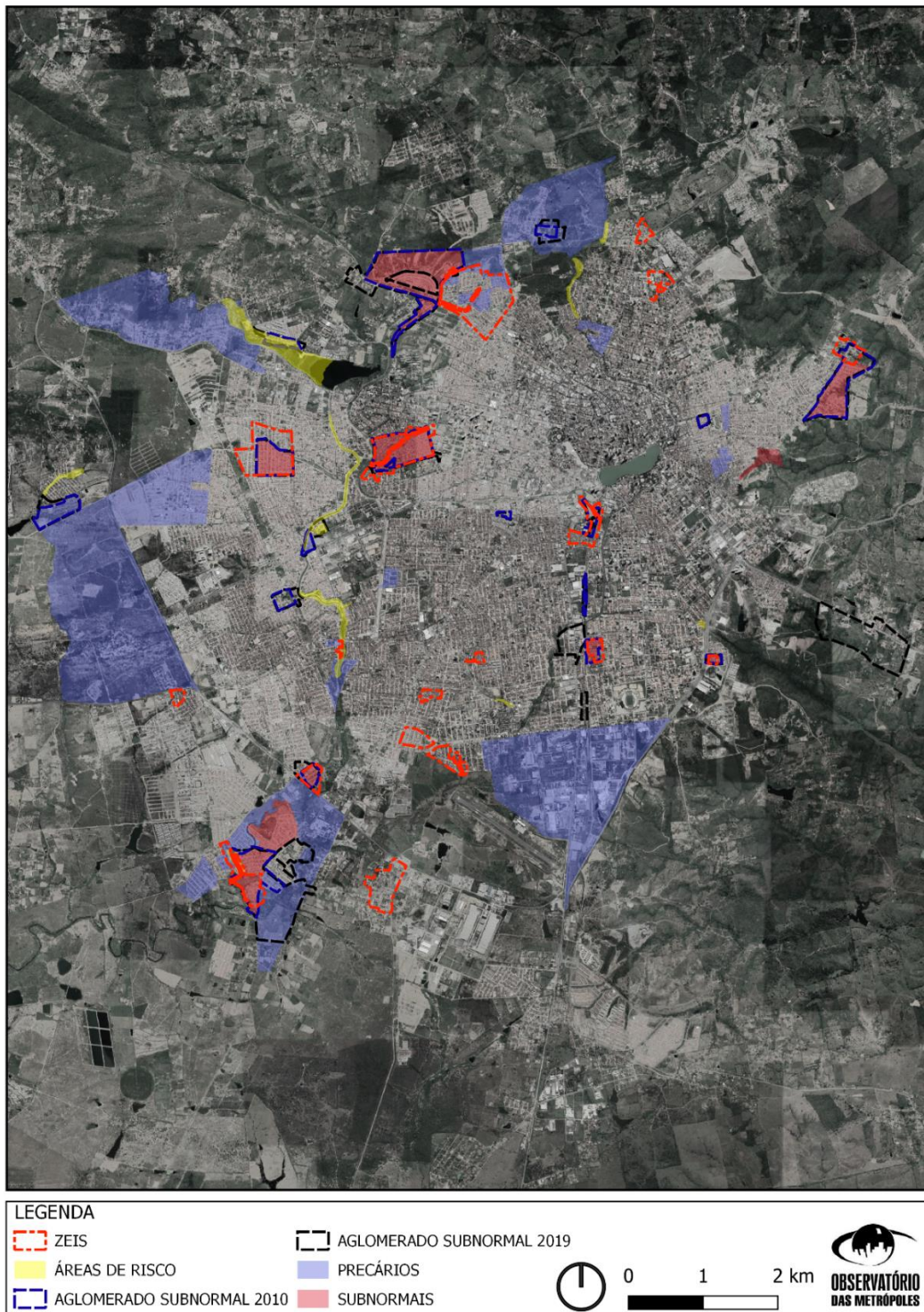
O estudo “Assentamentos precários no Brasil urbano” realizado pelo Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação e CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole (2007) identificou 61 setores subnormais precários em Campina Grande que apresentam forte contiguidade espacial. Desses somente 18 eram aglomeradas subnormais. É importante destacar que na pesquisa, os setores precários são aqueles que apresentam estatisticamente o perfil populacional e do domicílio, com características de precariedades similares aquelas encontradas nos aglomerados subnormais. A partir dessa referência foi possível constatar e reconhecer algumas áreas que não estavam incluídas nos demais estudos.

#### *O Cruzamento das informações para caracterização preliminar dos Assentamentos Precários*

Em função da análise dos levantamentos e estudos de referência realizou-se a sobreposição (Figura 01) dos mapeamentos e constatou-se que as áreas analisadas apresentam perfis sociais e físicos diferentes, mesmo quando inseridas em um mesmo setor censitário. Assim, foram introduzidas outras

variáveis para que fosse possível a delimitação dos perímetros das áreas dos assentamentos populares (Figura 02), foram elas: (i) áreas ocupadas e não atendidas pelo serviço de esgotamento sanitário; (ii) traçado e parcelamento irregulares do solo; (iii) percentuais altos de ocupação do solo; (iv) agrupamentos com formas urbanas semelhantes (traçado, parcelamento, ocupação e incidência de becos e vielas); (v) áreas de preservação permanentes nas margens dos corpos d'água ocupadas; (vi) faixas de domínio da linha férrea; (vii) renda familiar.

Figura 01 – Sobreposição dos mapeamentos das referências de análise



Fonte: Bases de dados do IBGE 2010-2019, modificadas pela autora, 2020.

A partir da sobreposição das referências, análises de imagens de satélite e do Google Earth e considerando todas as características e variáveis selecionadas foi confeccionado um cartograma para um primeiro mapeamento para delimitação físico-territorial dos assentamentos populares, a ser checado em campo em 2022 (Figura 02).

Figura 02 – Assentamentos Populares de Campina Grande



Fonte: Bases de dados do IBGE 2010-2019, QGIS (2020), modificado pela autora, 2020.

Em seguida, foram elaboradas fichas individuais para as caracterizações preliminares dos perfis dos assentamentos populares, que deverão ser ajustadas a partir das visitas de campo e entrevistas com líderes e moradores dos assentamentos. A partir das visitas e entrevistas será possível checar os limites dos assentamentos populares, identificar subáreas e se algumas destas se caracterizam como assentamentos autônomos em áreas contíguas a outros. Foram propostos os seguintes aspectos para compor as fichas, considerando as referências e propostas dos autores desse artigo: localização; subdivisão do assentamento; número de imóveis e estimativa de população; área total do assentamento, características do entorno e inserção urbana; traçado e parcelamento; tipologia habitacional; legislação incidente; grau de consolidação; e condições ambientais.

### **UMA PLATAFORMA COLABORATIVA: O ATLAS DOS ASSENTAMENTOS POPULARES E ASSESSORIAS TÉCNICAS E SOCIAIS**

Todas as informações produzidas a partir dos estudos reportados nesse artigo estão disponibilizadas no website "Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande" (disponível em <https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande>). Esse sítio, em fase de experimentação, abrange referências conceituais, históricas e técnicas sobre os assentamentos populares da cidade e informações históricas, físico-territoriais e socioeconômicas, constituindo um banco de dados e informações de fontes diversas disponíveis à sociedade.

A interface do website está subdividida em seis tópicos, sendo eles: (a) Início; (b) Sobre; (c) Árvore de Dados; (d) Assessorias Técnicas; (e) Cartografias; (f) Assentamentos. O sítio estará aberto à inserção de mais dados, cartografias sociais e mapeamentos georreferenciados para identificar, caracterizar, catalogar e integrar os assentamentos populares. Desta forma, poderá ser alimentado tanto por acadêmicos e profissionais técnicos, quanto pela própria comunidade que reside nessas áreas e vivencia suas problemáticas.

#### *A Interface Início*

Na primeira página apresentada são exibidas três formas de "Colaborar com a plataforma" (Figura 03), seja agregando informação ao site ou disseminando o seu conteúdo. A primeira delas seria "Identificar e caracterizar" áreas da cidade de Campina Grande em situação de vulnerabilidade urbana, que se encontram nessa situação como consequência da distribuição desigual de renda, infraestrutura e urbanidade. A etapa "identificar" tem como objetivo apresentar novos lugares nessas condições, espacializar os mesmos e classificá-los de acordo com o maior fator de risco ou vulnerabilidade apresentado. Já "caracterizar" tem como objetivo expor a identidade de cada espaço.

Figura 03: Aba “Início”, onde são listadas as formas de colaborar com a plataforma.



Fonte: Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande. Disponível em <<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande>>. Acesso em 26/09/2020.

A segunda forma seria “Catalogar” os grupos e entidades que são referências dentro das comunidades, como também as assessorias técnicas e sociais que atuam com diferentes questões nos assentamentos populares de Campina Grande. Esta etapa tem por objetivos identificar atores atuantes nos assentamentos populares e entender como promovem e desenvolvem suas ações. A intenção é que esses coletivos, formados pela população local ou por técnicos de diferentes áreas, se identifiquem e reconheçam com quem podem e desejam somar forças.

Por último são apresentadas formas de “Interagir”, possibilitando a colaboração de visitantes com a plataforma, de forma direta ou indireta, independente dos tipos e níveis de conhecimento. Há espaço para enviar mensagens, e-mails, acessar o drive da plataforma e tutoriais para exercícios mais complexos, como o de fabricar mapas relacionados ao tema. Esta etapa tem como objetivo agregar informações de diferentes áreas e de diferentes saberes, sendo elas populares ou acadêmicas.

Destaca-se que foram exploradas formas de interação virtual acessíveis, amplamente conhecidas e seguras para possibilitar a efetiva comunicação entre o editor e visitante do sítio. O contato com o servidor é possibilitado tanto pela caixa de mensagem do próprio site, quanto por e-mail eletrônico. Além disso estão disponíveis para descarga uma ampla quantidade de arquivos relacionados, que contam com o Google Drive e com o Arcgis Online no auxílio do armazenamento, sendo o segundo menos conhecido, assim se fazendo presentes no website tutoriais de como usá-lo.

### *A Interface Sobre*

Na interface “Sobre” há um resumo sobre informações gerais do projeto e da plataforma - objetivos gerais e parcerias firmadas, e, também um levantamento geral sobre legislações e políticas públicas de Campina Grande. A partir desses dados foi elaborada uma linha do tempo com um panorama geral dos acontecimentos e das documentações relacionadas (Figura 04). Junto a

esta, foi exposta uma descrição geral dos objetos, além da citação de textos que utilizaram o documento como referência. Quando possível há o endereço de acesso para o documento citado. Entre os acontecimentos se encontram:

- 1952: Lei Municipal nº 536 Desapropriação de assentamentos populares próximos ao Açude Novo;
- 1973: Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Deste destaca-se o Plano de Erradicação de Favelas;
- 1978: Liberação dos recursos para o projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (CURA);
- 1979: Liberação dos recursos para o Programa Nacional para Cidades de Porte Médio (PNCPM);
- 1984: Relatório para indicação de áreas prioritárias para a implantação de projetos habitacionais de interesse social, elaborado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH);
- 2001: Regulamentação do Estatuto da Cidade em âmbito nacional 2006 Aprovação do Plano Diretor de Campina Grande;
- 2007: Lançamento, em âmbito nacional, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- 2009: Lançamento, em âmbito nacional, do Projeto Minha Casa Minha Vida (PMCMV) Saiba mais Regulamentação das ZEIS de Campina Grande.

Figura 04: Aba “Sobre”, onde está contida a linha do tempo apresentando legislações e políticas públicas da cidade.



Fonte: Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande. Disponível em <<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande/sobre>>. Acesso em 26/09/2020.

### A interface *Árvore de dados*

A aba “Árvore de dados” é onde são apresentadas todas as informações contidas na plataforma. Entre essas informações destacam-se as Cartografias dos Assentamentos georreferenciadas, ferramenta utilizada para facilitar o entendimento dos dados coletados e resultados de pesquisas. Entre eles encontram-se cartografias governamentais como a de 17 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), 18 Aglomerados Subnormais e 11 Assentamentos em



áreas de risco, nos quais estão presentes cerca de 15.535 habitações, correspondendo a aproximadamente 15% das habitações da cidade (Figuras 05, 06, 07).

Figura 05: Aba “Cartografias dos Assentamentos”, onde está contida a apresentação das ZEIS

Cartografias sociais e mapeamentos georreferenciados são apresentados a seguir como forma de facilitar o entendimento dos dados coletados e resultados de pesquisas.



## CARTOGRAFIAS GOVERNAMENTAIS



### Zona Especial de Interesse Social

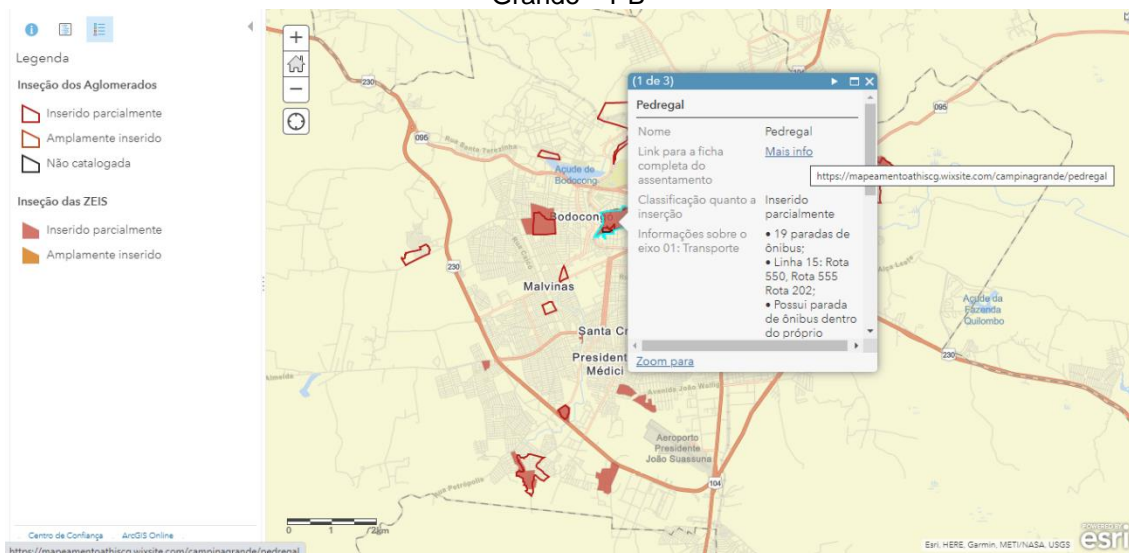
É um instrumento urbanístico previsto pelo Estatuto da Cidade, sendo definidas em cada município pelos respectivos Planos Diretores e legislações específicas. No caso de Campina Grande estas são determinadas pela Lei nº 4.806, de 23 de setembro de 2009, e descrita pela mesma como “áreas públicas e particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda na Macrozona Urbana, podendo o Poder Público promover a regularização fundiária e urbanística, com implantação de equipamentos públicos, inclusive de recreação de lazer, comércio e serviços de caráter local”.

[Ver no mapa](#)  
[Ver arquivos relacionados](#)

Fonte: Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande. Disponível em <<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande/assessorias-tecnicas>>. Acesso em 26/09/2020.

Para somar conteúdo a este universo, também foi feito o georreferenciamento de pesquisas acadêmicas que agregam informações a essas classificações (Figura 05).

Figura 06: Georreferenciamento da pesquisa “A efetividade das Zonas Especiais de Interesse Social para a inserção urbana dos moradores dos Assentamentos Populares de Campina Grande – PB”



The screenshot shows a web map interface with a legend on the left and a pop-up window for 'Pedregal' in the center. The legend is divided into two sections: 'Inseção dos Aglomerados' and 'Inseção das ZEIS'. The 'Inseção dos Aglomerados' section includes three categories: 'Inserido parcialmente' (represented by a red outline), 'Amplamente inserido' (represented by an orange outline), and 'Não catalogada' (represented by a white outline). The 'Inseção das ZEIS' section includes two categories: 'Inserido parcialmente' (represented by a red fill) and 'Amplamente inserido' (represented by an orange fill). The pop-up window for 'Pedregal' displays the following information: Name: Pedregal; Link para a ficha completa do assentamento: <https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande/pedregal>; Classificação quanto a inserção: Inserido parcialmente; Informações sobre o eixo 01: Transporte: 19 paradas de ônibus; Linhas: 15: Rota 550, Rota 555, Rota 202; Possui parada de ônibus dentro do próprio.

Fonte: Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande. Disponível em <https://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?webmap=8793188185e34a39849716257263571c&extent=-35.9869,-7.2867,-35.8074,-7.1936> . Acesso em 26/09/2020.

Além das Cartografias, os “Assentamentos Populares” também são informações em destaque. São apresentados um breve histórico sobre como estes foram formados é uma linha do tempo com os principais marcos históricos de constituição das comunidades. Ademais são feitas apresentações individuais, através de fichas sobre os assentamentos já catalogados em busca de ultrapassar o panorama das políticas urbanas, resgatando os relatos de lutas e resistências das comunidades, agregando-as à história de Campina Grande. Os perfis explorados encontram-se listados na página “Assentamentos Populares” (Figura 07) e buscam acolher informações populares e técnicas, assim compartilhando e divulgando diferentes dimensões do saber sobre os territórios locais.

Figura 07: Aba “Assentamentos”, onde está contida a lista dos assentamentos registrados

## PERFIL DAS COMUNIDADES



Fonte: Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande. Disponível em <

<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande/assentamentos>>. Acesso em 26/09/2020.

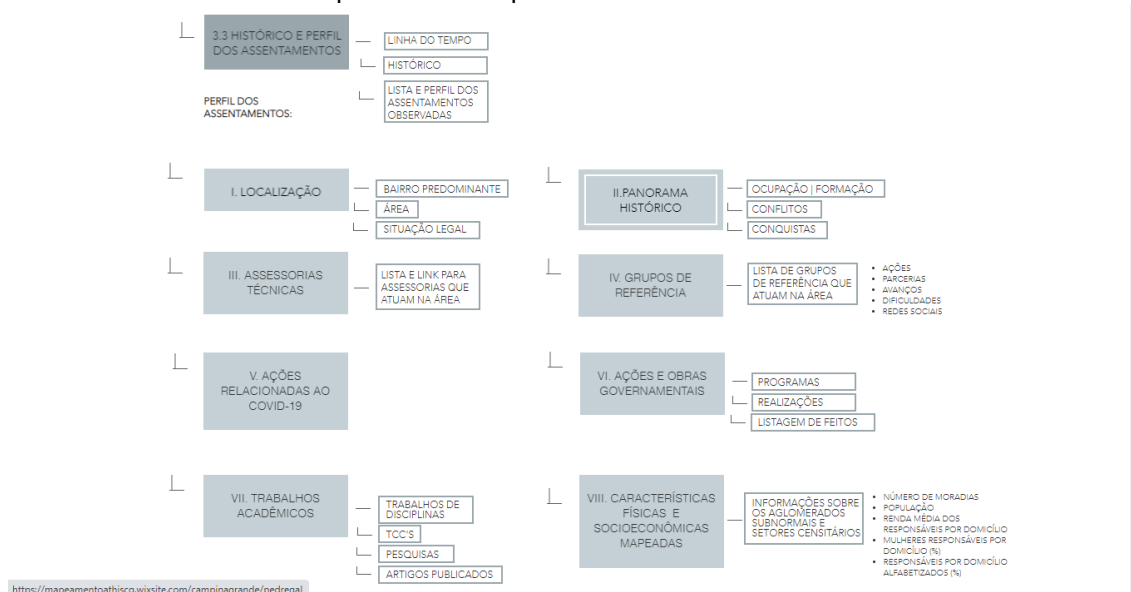
A Figura 07 apresenta o perfil das comunidades: a) localização, citando o bairro predominante, a área ocupada e a situação legal do assentamento; b) panorama histórico, destacando a ocupação ou a formação do território, os conflitos e as conquistas locais; c) assessorias técnicas que realizaram algum trabalho no local; d) grupos de referência que, junto à comunidade, construíram essas histórias e continuam a construir estes lugares, lutando pelo direito à cidade; e) ações e projetos relacionados ao combate ao COVID-19; f) ações e obras governamentais na área, destacando os programas que as promoveram e suas realizações com uma listagem de feitos; g) trabalhos acadêmicos como trabalhos de disciplinas, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas, artigos publicados, dissertações, entre outros; h) características físicas e socioeconômicas mapeadas, abrangendo informações do IBGE referentes aos setores censitários, como o número de moradias, a população local, a renda média dos moradores por domicílio, a porcentagem de mulheres responsáveis por domicílio e a porcentagem de responsáveis por domicílio alfabetizada.

O georreferenciamento ainda pode agregar informações físicas como a forma urbana, o nível de consolidação, se existe fator de risco, o local de implantação, a situação do relevo e a existência de corpos d’água. Ademais situa

na área as obras de planos urbanos, indicando em que porção territorial foi realizado o projeto, a duração, suas características, qual foi o projeto de financiamento que possibilitou as intervenções e se existem diferenças entre o projeto proposto e o que foi efetivamente executado.

Já está em produção e estudos a complementação de informações e dados no Website. Em 2022, busca-se sistematizar todos os dados e informações coletados, agregando não só a essa plataforma colaborativa, mas também a um sistema de informações geográficas. Esse levantamento de dados irá ampliar as possibilidades de identificação e caracterização desse universo, e permitirá que diversos atores, técnicos, acadêmicos e comunitários, possam contribuir com essas informações e dados complementares.

Figura 08: Aba “Árvore de dados”, onde está contida a apresentação das informações presentes nos perfis dos assentamentos



Fonte: Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande. Disponível em <<https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande/arvore-de-dados>>. Acesso em 26/09/2020.

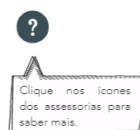
### A Interface Assessorias técnicas

São apresentadas Assessorias Técnicas e Sociais presentes na cidade de Campina Grande (Figura 09). Estas são grupos que atuam de forma interdisciplinar e integrada à comunidade em planos e projetos de melhorias e requalificação de habitações em assentamentos populares. Destaca-se como princípio das assessorias a valorização do processo participativo e do conhecimento popular, possibilitando que os técnicos e a população explorem, em conjunto, diferentes formas de atuar e intervir nas comunidades. Tem-se a intenção de, com essas fichas, construir um panorama geral desses grupos, expondo a) características como o tempo de atuação, a natureza do órgão (se é ONG, extensão universitária, escritório modelo, grupo de pesquisa, cooperativa ou outro); b) práticas, experiências e avanços; c) articulações e parcerias; d) dificuldades enfrentadas; e) formas de entrar em contato. O levantamento e caracterização dessas assessorias ainda está em fase inicial.

Figura 09: Aba “Assessorias”, onde são apresentadas as assessorias técnicas até então catalogadas

## PERFIL DAS ASSESSORIAS

A seguir são apresentados algumas Assessorias Técnicas em Habitação de Interesse Social (ATHIS) da cidade de Campina Grande. Estas são grupos que atuam de forma interdisciplinar e integrada à comunidade em planos e projetos de melhorias e requalificação de habitações em assentamentos populares. Destaca-se como princípio das assessorias a valorização do processo participativo e do conhecimento popular, os quais irão, em conjunto, explorar diferentes formas de atuar e intervir nas comunidades.



Fonte: Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande. Disponível em < <https://mapeamentoathiscg.wixsite.com/campinagrande/assessorias-tecnicas>>. Acesso em 26/09/2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de terem sido realizados estudos para intervenções em assentamentos populares em Campina Grande desde os anos de 1980, não houve uma catalogação desses estudos e não há, tampouco, levantamentos recentes e abrangentes desses assentamentos. Portanto, a falta de dados e de informações foi um desafio à presente pesquisa.

Há poucas iniciativas mais sistemáticas de assessoria técnica e social para contribuir ao enfrentamento das desigualdades socioterritoriais nesses assentamentos têm sido desenvolvidas. O tipo de assessoria mais constante dos primeiros levantamentos é o social, com atuações nos âmbitos comunitário, organizativo e sociopolítico.

Foi possível, de todo modo, a partir da pesquisa avançar na identificação e caracterização dos assentamentos populares e das assessorias sociais e técnicas, ampliando as possibilidades, com a disponibilização desses estudos em plataforma virtual, para que diversos atores, técnicos e comunitários, possam contribuir com informações e dados complementares.

A plataforma "Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas de Campina Grande" surge como uma iniciativa que se propõe a colaborar para a construção colaborativa e para disseminação de conhecimentos e saberes, tanto sobre a existência de assessorias técnicas e grupos que atuam nos assentamentos populares, quanto de características físicas e sociais destes territórios. Esse processo esbarra na escassez de dados, informações e materiais, que além de limitados, são dispersos. Assim, o banco de dados e a plataforma buscam diminuir as dificuldades enfrentadas por futuros pesquisadores interessados no tema, reunindo o material já produzido e evidenciando as lacunas dos conteúdos e produtos existentes, servindo ainda

como instrumentos para a incidência política por direitos nos assentamentos populares.

Caracterizar o universo de assentamento populares em Campina Grande / PB e identificar o conjunto de iniciativas de assessoria a estes assentamentos são, portanto, fundamentais para fomentar políticas públicas que respondam às necessidades e demandas de parte expressiva da população que se encontra em situação de precariedade e vulnerabilidade socioambiental na cidade.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Caline Mendes de. & DINIZ, Ana Claudia Araújo. “Programa Minha Casa, Minha Vida” em Campina Grande - PB: Habitação para quem? Recife: Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, V. 03, N. 02, 2014.

BRASIL. *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

CAMPINA GRANDE. *Lei nº 3.236, de 8 de janeiro de 1996*. Institui o Plano Diretor do Município de Campina Grande e dá outras providências.

CAMPINA GRANDE. *Lei nº 4.806, de 23 de setembro de 2009*. Regulamenta as Zonas Especiais de Interesse Social de Campina Grande e dá outras providências.

CAMPINA GRANDE. *Lei Municipal nº 6.518, de 08 de fevereiro de 2017*. Institui o programa municipal de regularização fundiária em áreas específicas do município de campina grande, e dá outras providências.

CARVALHO, Myrian Batista de. *A Estrutura e a Infraestrutura: Análise da relação entre o desenvolvimento do sistema de abastecimento de água e a estrutura intraurbana de Campina Grande – PB*. Recife: Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

Cities Alliance. Know your city, 2021. *Página Inicial*. Disponível em <<https://www.citiesalliance.org/know-your-city-information-transformation>>. Acesso em 14 de dezembro de 2021.

COMDECA – Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande. Plano de erradicação de favelas. Campina Grande, 1972.

\_\_. Projeto: Aquisição da nova área com fins de transferência da população. Campina Grande, 1979.

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. *Ação Emergencial para Delimitação de Áreas em Alto e Muito Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa*. Campina Grande: Serviço Geológico do Brasil, 2013.

DENALDI, Rosana. Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção. In: DENALDI, R. (Org) **Planejamento Habitacional: Notas sobre a precariedade e terra nos Planos Locais de Habitação**. São Paulo: EDITORA ANNABLUME, 2013.

FLEURY, Sonia et. al. Dicionário de favelas Marielle Franco, 2019. *Página Inicial*. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/>. Acesso em 14 de dezembro de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010, 2010*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2019, 2019*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.

Laboratório de Estudos Urbanos & Laboratório Urbano. Cronologia do Pensamento Urbanístico, 2021. *Página Inicial*. Disponível em <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/>. Acesso em 14 de dez de 2021.

LIMA, Damião de. *Campina Grande sob intervenção: a ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

LIMA, Yure Silva. *A política habitacional em Campina Grande – PB (1988-2009)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

MELO, Luis Gonzaga. *Habitação popular em Campina Grande*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

BRASIL. *Política Nacional de Habitação*. Brasília: Cadernos M Cidades nº 4, 2006.

BRASIL. *Assentamentos precários no Brasil urbano*. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação; São Paulo: CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

BRASIL. *Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários*. Brasília: MCidades, 2010.

BRASIL. *Ações Integradas de Urbanização de Assentamentos Precários*. Brasília: MCidades, 2019

MORAES, Demóstenes. et al. *Direito à Cidade e Habitação: condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas de urbanização de favelas – avaliação do ciclo recente de Campina Grande / PB*. Relatório Final. Campina Grande: Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles, 2021.

Mundo Safari. *Página Inicial*, 2020. Disponível em <http://mundosafari.com.br/projetos/2015/prefeitura-atlas/>. Acesso em 03 de out de 2020.

QUEIROZ, Marcus Vinícius Datas de. *Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950)*. Campina Grande: editora da UFCG, 2008

SANEAR. *ATLAS das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2014.

FILHO, Hélio Machado Pessoa et. al. *ATLAS das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2014.